

Nova divisão do FPE está na pauta do segundo semestre

Projeto em discussão define partilha das verbas com base em dados dinâmicos, que incluem IDH e renda *per capita*

A FIXAÇÃO DE critérios de repartição de quase R\$ 40 bilhões entre os estados e o Distrito Federal é um dos principais desafios para o Congresso Nacional no segundo semestre. Para vencer o obstáculo de legislar sobre um assunto delicado, que repercute no equilíbrio entre as unidades federativas, os parlamentares têm um prazo fatal, 31 de dezembro de 2012, quando os atuais critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) deixarão de vigorar.

Se uma decisão não for tomada até essa data, a União não terá mais como repassar o dinheiro do FPE, constituído de 21,5% da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI).

A situação é preocupante para alguns estados, como Amapá, Roraima e Acre, nos quais o FPE representa quase a metade da receita corrente líquida. Estados como São Paulo e Rio de Janeiro quase não dependem do repasse

do FPE para tocar a máquina administrativa.

O prazo final dos atuais critérios de rateio do FPE foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao declarar inconstitucional todo o artigo 2º da Lei Complementar 62/89. O fundamento das ações acolhidas pelo STF em novembro de 2010 é que a norma, na época de sua edição, baseou-se em contexto socioeconômico diferente do atual e deveria ter sido atualizada.

Revisão

Relator das quatro ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o ministro Gilmar Mendes ressaltou a necessidade de revisão periódica dos coeficientes, “de modo a se avaliar criticamente se os até então adotados ainda estão em consonância com a realidade econômica dos entes federativos”.

A incapacidade da lei de promover o equilíbrio socioeconômico dos estados, a imposição arbitrária dos coeficientes de participação e os prejuízos decorrentes são algumas das alegações dos estados prejudicados, nas ações protocoladas no STF.

A fim de dar ao Congresso tempo para elaboração de uma nova regra, com critérios atualizados, o STF estabeleceu o ano fiscal de 2012 como prazo máximo para a vigência do artigo 2º da lei atual.

Confaz

Quatro senadores – Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Romero Jucá (PMDB-RR), Jorge Viana (PT-AC) e Valdir Raupp (PMDB-RO) – apresentaram o Projeto de Lei do Senado 289/11 – Complementar, que fixa a nova regra.

Para não correr o risco de ver os novos critérios ficarem rapidamente defasados, eles pretendem submeter a partilha do FPE ao que chamam de

dados dinâmicos, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), renda *per capita*, população, proporção de unidades de conservação e de áreas indígenas, bem como o produto interno bruto (PIB) da unidade federativa.

Essa proposta baseia-se em estudos do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Os senadores acrescentaram ao anteprojeto dos secretários de Fazenda o indicador de saneamento básico, pelo qual se repartem fatias maiores do fundo aos estados com as piores taxas de água tratada e coleta de esgoto por domicílio.

O projeto reserva 85% dos recursos para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e destina 15% para o Distrito Federal e os estados do Sul e do Sudeste. Ou seja, mantém praticamente inalterada a atual divisão regional, apenas retirando o DF do grupo que recebe 85%.

Vanessa propõe distribuição por nível de renda

Critérios diferentes são estabelecidos pelo PLS 192/11, apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela propõe que o FPE seja distribuído, a partir de 1º de janeiro de 2012, da seguinte forma: 80% para estados com renda *per capita* inferior à média nacional; 10% para estados com renda *per capita* igual ou superior à média nacional; 8% para cinco estados mais populosos e com renda *per capita* inferior à média nacional; e 2% para constituir reserva de distribuição aos estados que abriguem unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.

O projeto prevê regra para cálculo do coeficiente de distribuição de cada estado componente dos quatro grupos, com base em renda *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O projeto será relatado pelo senador Benedito de Lira (PP-AL) nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Waldemir Borretto/Senado Federal



Waldemir Borretto/Senado Federal



Márcio Kolumbe/Senado Federal



Waldemir Borretto/Senado Federal

Randolfe (E), Jucá, Jorge Viana e Raupp, autores do projeto: situação é preocupante para estados menores, onde FPE representa quase a metade da receita líquida

Guerra fiscal preocupa senadores e reacende debate sobre reforma

A construção de um modelo pós-guerra fiscal é uma das questões pendentes na relação da União com as unidades federativas. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1º de junho deste ano derrubou diversas leis e decretos estaduais que concediam benefícios para empresas se instalarem nos estados. Entre as leis e decretos considerados ilegais, estão o Pró-DF e a isenção de ICMS no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

A guerra fiscal entre os estados preocupa o Senado desde o ano passado, quando começou a tramitar o Projeto de Resolução (PRS) 72/10, que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com produtos importados.

O que o autor, Romero Jucá (PMDB-RR), pretendia com a proposta, apresentada antes da decisão do STF, era acabar com

a possibilidade de um estado atrair empresas por meio da redução de imposto. A nova regra faria valer o dispositivo constitucional que condiciona a concessão de benefícios fiscais à decisão unânime dos estados e do Distrito Federal.

A discussão do PRS 72/10 deflagrou o debate de uma reforma tributária simplificada. Afinal, a fixação das alíquotas do ICMS depende apenas do Senado. A redução dessas alíquotas passou a fazer parte, pela desoneração da folha de pagamento das empresas, de uma agenda para melhorar a posição competitiva do país.

Oferta de troca

Antes da decisão do STF contra a guerra fiscal, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, defendeu na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a redução

gradual das alíquotas do ICMS de 12% para 2% em 2014.

Como compensação por uma redução das alíquotas do ICMS, os estados poderiam se beneficiar de uma troca do indexador das dívidas, hoje IGP-DI, mais 6% a 9%, dependendo do acordo de renegociação feito

pela unidade federativa.

Como em muitos casos esses encargos ultrapassam 18% ao ano, há uma rebelião de governadores, inclusive dos aliados ao governo, contra os juros altos. Alguns defendem como limite a taxa Selic, cuja meta para este ano é 12%. A

previsão é que isso daria uma grande folga nas finanças estaduais e permitiria aos estados a retomada dos investimentos.

Para organizar a discussão, a CAE prepara para o segundo semestre audiências públicas sobre reforma tributária e dívidas estaduais.



Decisão do STF considerou ilegal a concessão de benefícios fiscais pelos estados para facilitar a instalação de empresas

Atos de improbidade administrativa praticados por detentores de mandato eletivo, cargo em comissão ou de confiança prescreveriam após 16 anos, e não mais cinco

Improbidade pode ter prazo de prescrição ampliado

O PRAZO DE prescrição de atos de improbidade administrativa poderá passar de cinco para 16 anos. É o que propõe projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a proposta (PLS 319/07), o prazo para ajuizar ações que visem punir os detentores de mandato eletivo, cargo em comissão ou função de confiança que houverem cometido atos de improbidade administrativa passará a ser de 16 anos após o término do exercício do mandato ou cargo.

“Trata-se de um sistema de propostas de alterações nas principais normas de persecução criminal que, a meu ver, traduz-se em inegável avanço no combate à impunidade e à corrupção”, ressalta Simon.

O senador explica que, por considerá-lo importante no combate à corrupção e à impunidade, reapresentou projeto do ex-senador Antero Paes de



Simon propõe que atos de improbidade administrativa só prescrevam após 16 anos

Barros que não chegou a ser aprovado.

Simon argumenta que a medida vai adequar o prazo prescricional aos padrões morosos de investigação penal e administrativa observados no Brasil. Na sua avaliação, a dilatação do prazo de prescrição de atos de improbidade vai contribuir para conter “um dos principais fatores que levam à impunidade de agentes públicos que causam prejuízos ao erário”.

Para dilatar esse prazo prescricional, a proposta altera a lei que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública (Lei 8.429/92).

Na CCJ, onde receberá decisão terminativa, o projeto já havia recebido voto favorável do então senador Adelmir Santana. Um novo relator deverá ser designado.

Alvaro quer primárias na corrida presidencial

Pode estar no fim a situação em que os dirigentes de um partido deixam os filiados da legenda sem saber, até à última hora, quem vai ser o candidato a entrar na corrida para disputar a sucessão presidencial. Aguarda deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) projeto disciplinando eleições primárias para a escolha de candidatos.

De autoria do líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), o texto (PLS 156/11) não obriga os partidos a realizarem essas primárias, visto que as agremiações partidárias têm autonomia assegurada pela Constituição, mas fixa normas que propiciam a seus filiados influir nessa escolha, como acontece, a cada quatro anos, nos Estados Unidos.

Em defesa do projeto, Alvaro Dias afirma querer ampliar o número de cidadãos que escolhem o candidato à Presidência da República, “reduzindo o poder das cúpulas partidárias que, muitas vezes, fazem essa escolha mediante barganhas ou



Alvaro quer reduzir o poder das cúpulas na escolha de candidatos

acordos espúrios”.

O parlamentar diz ainda que seu projeto propicia condições institucionais para que os partidos possam optar por fazê-las, mediante a assistência da Justiça Eleitoral que, assim, garantirá às agremiações os meios e a lisura necessários ao processo de escolha de sua candidatura presidencial.

Na justificativa do projeto, Alvaro afirma que sua inspiração

foi o modelo norte-americano que, a cada quatro anos, propicia o confronto de ideias entre os candidatos do mesmo partido, para que o escolhido para entrar na corrida sucessória já tenha suas ideias aprovadas pela maioria dos partidários de sua legenda.

Na sucessão presidencial que levou Dilma Rousseff ao poder, o PSDB foi um dos que mais demorou a lançar candidato, deixando seus seguidores na incerteza. José Serra só registrou sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral no dia 5 de julho de 2010, a menos de três meses das eleições.

Primárias obrigatórias

Já o senador Eduardo Suplicy quer tornar obrigatória a realização de eleições primárias nos partidos para a escolha de candidatos a qualquer cargo público. Para isso, ele apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/11. A proposta, entretanto, foi rejeitada pela CCJ.

Hackers podem ter pena dobrada se dados forem divulgados

O senador Jorge Viana (PT-AC) apresentou projeto de lei, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estabelecendo pena de dois a quatro anos de prisão para os *hackers* – pessoas que invadem sistemas digitais usando a internet. O PLS 427/11 pretende coibir ataques como os que foram realizados em junho contra *sites* do governo federal.

– Os crimes cibernéticos continuam a acontecer, e de forma cada vez mais danosa. Recentemente, vários *sítios* eletrônicos da Presidência da República foram invadidos por *hackers*, inclusive a caixa pessoal do correio eletrônico da presidente Dilma Rousseff – justifica Viana.

O projeto altera o Código Penal e propõe a punição para quem “atentar contra a segurança de meio de comunicação informatizado”. A pena pode

ser aumentada em 50% se, além da violação, houver divulgação ou uso de informação acessada sem autorização.

A proposta envolve ataques originados de computadores, telefones celulares e redes de telefonia fixa ou móvel e instrumentos de armazenamento de dados eletrônicos ou digitais. A lista inclui ainda redes de televisão, de internet, programas de computador “ou qualquer outro dispositivo capaz de processar, capturar, armazenar ou transmitir dados de forma eletrônica ou digital”.

Ao justificar o projeto, Jorge Viana argumenta que, há muitos anos, o país espera por uma lei que trate dos chamados crimes cibernéticos. Ele lembra que o Senado aprovou, em julho de 2008, o substitutivo do PLC 89/03, mas a proposta continua aguardando votação na Câmara.



Ações de *hackers*: pena pode ser em dobro se informações forem divulgadas

Projeto obriga nomeações após concurso público

Para acabar com a incerteza que cerca os aprovados em concursos públicos, o Senado deve examinar, no próximo semestre, o PLS 154/11, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que torna obrigatória a nomeação para provimento de cargos ou empregos públicos da União dentro de todas as vagas previstas no edital, durante o período de validade do concurso.

Na prática, o projeto regulamentará entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já tomou várias decisões assegurando a nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas.

Segundo Rollemberg, a ideia é assegurar aos candidatos classificados “não apenas a expectativa de direito, mas o



Rollemberg quer assegurar o direito efetivo à nomeação dos aprovados

direito efetivo à nomeação”.

O projeto proíbe a realização de concursos exclusivamente para a formação de cadastro de reserva, sem previsão do número de vagas em disputa, e determina que esse número “reflita as efetivas necessidades do serviço”, de forma a promover a racionalidade na gestão de pessoal da administração e resguardar o interesse público.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

CRA avalia prejuízos gerados por acordos do Mercosul

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado promove no dia 4 de agosto audiência pública para discutir a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente nas cadeias produtivas do leite, arroz, trigo, carne e vinho.

O debate foi proposto pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e tem o objetivo de tratar o que ela classifica como "assimetrias do Mercosul". Enquanto vários países do bloco criam barreiras à importação de produtos brasileiros, o Brasil não costuma criar empecilho ao comércio de produtos da Argentina, por exemplo, que concorrem com os da agroindústria do Rio Grande do Sul.

Para Ana Amélia, a postura

de livre mercado do país estaria prejudicando produtores nacionais.

Para participar do encontro, foram convidados o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Sant'Anna Alvim; o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antonio Jorge Camardelli; o diretor executivo do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Carlos Raimundo Paviani; e o presidente da Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijui), Carlos Domingos Poletto.

TV Senado discute energia nuclear após Fukushima

A TV Senado exibe no sábado o primeiro de dois programas sobre energia nuclear. O *Repórter Senado* tratará da geração de energia nuclear e da polêmica após o acidente na usina de Fukushima, no Japão, em março deste ano. Reatores explodiram após um terremoto e um tsunami.

O repórter Hermes Coelho visitou Angra dos Reis (RJ) para mostrar como se dá a geração de energia elétrica nesse tipo de usina. O *Repórter Senado* será exibido sábado, às 20h30, com reprise às 12h30 de domingo. O segundo programa da série está previsto para agosto, com informações sobre o desenvolvimento de tecnologias ligadas à energia nuclear.

A TV Senado também exibirá no final de semana o *Espaço América Latina*, com documentários sobre as raízes da cultura argentina e sobre a Venezuela; a edição do *Ecosenado* sobre a Chapada Imperial, localizada no Distrito Federal; o programa *Em Discussão*, no qual senadores e especialistas debatem o novo Plano Nacional de Educação 2011-2020; e o programa *De Coração*, sobre as informações de saúde na internet.

Entre as reapresentações previstas para o final de semana, está a do programa *Agenda Econômica* com a participação do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, que falará sobre a perspectiva de redução a zero do déficit público.

Debates nas comissões serão interativos

Estimular a participação do público nas audiências das comissões e reforçar os canais de videoconferência estão nos planos do Senado para o reinício dos trabalhos, em agosto. No balanço legislativo do primeiro semestre de 2011, a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, afirmou que o objetivo é mostrar o Senado com transparência para a sociedade, aproximando-o do cidadão.

No primeiro semestre, marcado pela realização de muitas audiências públicas, o uso da videoconferência foi incorporado às sessões das comissões e os cidadãos puderam enviar perguntas durante as audiências. Em trabalho piloto, a nova ferramenta foi testada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e, em seguida, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O plano é estender o projeto a outras comissões e normatizar seu uso. Segundo Claudia Lyra, isto depende de um trabalho conjunto da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) e da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), que deve mostrar resultados já em agosto.

Senador considera que garçons que trabalham após 23h e até 6h estão mais sujeitos a riscos de violência e dificuldades de transporte e devem ser compensados



Gorjetas dobradas podem ter impacto sobre cálculo de férias, 13º e FGTS



Projeto de Marcelo Crivella já foi aprovado pela CAS e vai ao Plenário

Na madrugada, gorjetas aos garçons podem dobrar

AS MADRUGADAS DA boemia podem ficar mais caras, especialmente entre as 23h e 6h do dia seguinte. De acordo com o projeto (PLS 472/09) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), as gorjetas pagas aos garçons saltariam de 10% para 20% sobre o valor das contas encerradas naquele horário. Mas a cobrança não seria obrigatória, uma vez que o projeto apenas faculta aos proprietários de bares, restaurantes, lanchonetes e congêneres "sugerir" a cobrança de gorjetas equivalentes a 20% do valor das contas.

A proposta estabelece também que as gorjetas integrarão a base de cálculo das férias, com o adicional de um terço, do 13º salário, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de

outros direitos legais, contratuais ou convencionais dos trabalhadores do ramo, excluindo-se da base o aviso prévio, o adicional noturno, as horas extras e o repouso semanal remunerado.

Crivella alega que os garçons desse turno estão mais sujeitos a riscos de violência, sofrem com as dificuldades de transporte e estão submetidos a um grau de penosidade maior do que os que trabalham nas primeiras horas da noite ou durante o dia. Para o senador, é natural que recebam uma gratificação maior, sob a forma de gorjeta, como medida compensatória para as dificuldades enfrentadas.

O relator, Gim Argello (PTB-DF), apresentou um substitutivo que não altera o mérito, já aprovado pela Comissão de Assuntos

Sociais (CAS). Ele observa que, embora não haja "indicativos científicos contundentes" de que o trabalho noturno seja prejudicial à saúde, é sabido que ele acarreta uma série de dificuldades para o bom relacionamento do trabalhador com sua família e para o saudável desenvolvimento e aprimoramento do seu convívio social.

"Ademais, ninguém seria capaz de negar o desconforto em dormir apenas durante o dia e, não raras vezes, por um tempo muito limitado, devido à rotina da casa, que envolve trabalho de limpeza, de preparação dos alimentos e de ruídos de brincadeiras de crianças, entre outros", acrescenta. O projeto está pronto para entrar na pauta de votações do Plenário.

Paim quer proibir gorduras e açúcar nas escolas

Projeto de lei que visa incentivar a alimentação saudável nas escolas de educação básica será votado, no segundo semestre, na Comissão de Assuntos Sociais



Proposta de Paim também restringe a venda de refrigerantes nas escolas

(CAS). A proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) já foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e tem como relator na CAS o senador João Durval (PDT-BA).

A venda de comida em escolas, a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, bem como a promoção de ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes são abordadas pela proposta (PLS 406/05).

De acordo com o projeto, os estabelecimentos localizados em escolas de educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional, bem como alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.

Os estabelecimentos que não observarem a determinação serão punidos de acordo com a legislação sanitária, não poderão ser licenciados nem terem alvarás renovados.

O projeto prevê ainda que o SUS desenvolva ações de educação nutricional, promoção de alimentação saudável, bem como de prevenção e controle de distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição de crianças e adolescentes.

A definição dos alimentos considerados de baixo teor nutricional, bem como os que possuam quantidades elevadas das substâncias prejudiciais à saúde dos estudantes será feita em regulamento da autoridade sanitária.

AGORA É LEI

Paulo Autran é patrono do teatro brasileiro

O ator Paulo Autran, falecido em 2007, é oficialmente o patrono do teatro brasileiro. A homenagem, determinada pela Lei 12.449/11, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff na semana passada e publicada no *Diário Oficial da União* da segunda-feira. A lei é oriunda do PLC 252/09,

do ex-deputado Pompeo de Mattos, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) no dia 7 de junho.

Paulo Paquet Autran nasceu no dia 7 de setembro de 1922 no Rio de Janeiro. Estreou sua primeira peça em 1947, incentivado pela também atriz Tônia

Carrero, e ao longo de décadas de sucesso passou a ser conhecido como "senhor dos palcos".

Com um currículo de 90 peças teatrais, Autran fez sucesso no cinema e na TV, sendo lembrado até hoje pelo papel marcante na novela *Guerra dos Sexos*, onde interpretou o personagem Otávio.



Autran em cena, em peça de 2003: longa carreira do "senhor dos palcos"